

Acesse o livro digital dos 39 anos em
www.trt9.jus.br/centrodememoria

Registro histórico dos
39 anos
do TRT da 9ª Região



TRTPR
Tribunal Regional do Trabalho

Expediente



Missão do TRT

"Solucionar os conflitos provenientes das relações trabalhistas com justiça e efetividade na entrega da prestação jurisdicional".

Visão do TRT

"Ser referência na distribuição de justiça".



Sugestões de matéria

Assessoria de Comunicação
Av. Vicente Machado, 147 - 8º andar
CEP 80.420-010 - Curitiba-PR
Fone: (41) 3310-7309
ascom@trt9.jus.br

Informativo NONA

Publicação do TRT do Paraná

Presidente:

Desembargador Altino Pedrozo dos Santos

Vice-Presidente:

Desembargadora Ana Carolina Zaina

Corregedora Regional:

Desembargadora Fátima T. L. Ledra Machado

Diretor-Geral:

Sandro Alencar Furtado

Secretário-Geral da Presidência:

Vanderlei Crepaldi Peres

Secretário-Geral Judiciário:

Gerson Luiz Magnabosco

Secretária do Tribunal Pleno

Órgão Especial e Sessão Especializada:

Ana Cristina Navarro Lins

Assessor de Imprensa e

jornalista responsável:

Marcos Tosi

Redação:

Alexandre Gonçalves, Angélica Betencourt,

Gilberto Bonk, Márcio Lopes, Marcos Tosi,

Pedro Macambira e Soraya Wolff

Fotos desta edição:

Alexandre Gonçalves, Jason Silva,

Márcio Lopes, Pedro Macambira

e Stéphanie Kokotte

Revisão:

Alexandre Gonçalves,

Gilberto Bonk e Marcos Tosi

Projeto Gráfico:

Joel Alexandre Gogola

Tiragem:

1.000 exemplares

Disponível no site do TRT

www.trt9.jus.br

Impressão:

New Graph

39 anos



*Camerata abrilhantou
celebração do aniversário
páginas 6 e 7*

*Perfil: Desembargadora
Fátima T. L. Ledra Machado
páginas 8 e 9*

*Juiz Sérgio Moro abre 5ª
Semana Institucional
página 4*

Espaço consagrado para reflexão e integração entre os magistrados



A tradição de promover um debate qualificado sobre temas atuais e de grande interesse da sociedade e do Poder Judiciário foi mais uma vez realidade na Semana Institucional da Magistratura da Justiça do Trabalho do Paraná, cuja 5ª edição se realizou de 14 a 18 de setembro de 2015, na sede do TRT-PR, em Curitiba.

Na abertura do evento promovido pela Escola Judicial, o juiz federal Sérgio Moro, que comanda a operação Lava-Jato de combate à corrupção, fez uma análise da atuação do juiz italiano Giovanni Falconi na luta contra a máfia siciliana nos anos 80. "Todos os magistrados se deparam com situações difíceis, com desafios maiores ou menores durante a carreira. Quando pensamos em episódios do passado e histórias mais desafiadoras da magistratura, tudo se torna mais simples", afirmou Moro.

Com tradução simultânea, o psicanalista francês Christophe Dejours expôs as principais causas da precarização da atividade dos magistrados, ressaltando que a cooperação mútua contribui bastante para superar as dificuldades impostas pelo atual modelo de organização do trabalho.

Outro destaque da Semana foi a análise da influência de Shakespeare no discurso jurídico contemporâneo, apresentada com erudição e bom humor pelo professor de história da UNICAMP Leandro Karnal. A partir dos dilemas do personagem Hamlet, foram debatidas questões como a responsabilidade, o dever de consciência e os limites impostos para um bom convívio social.

A 5ª Semana Institucional do TRT-PR teve ainda oficinas voltadas à comunicação em público, sistemas tecnológicos para apoio à Execução, aspectos de gramática e redação forense, direção defensiva, além de uma exposição relacionada às atividades da Corregedoria Regional.



Desembargadora Nair Maria Lunardelli Ramos condecora o juiz federal Sérgio Moro

Alexandre Gonçalves



Christophe Dejours falou sobre dificuldades impostas pelo atual modelo de organização do trabalho

Alexandre Gonçalves

IPC-Jus confirma os avanços da 9ª Região

O relatório do Conselho Nacional de Justiça sobre o desempenho dos tribunais brasileiros mostrou que, em 2014, o TRT paranaense alcançou Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus) de 84,1%, o melhor resultado da instituição nos últimos cinco anos.

Pelo critério adotado pelo relatório "Justiça em Números", quanto mais próximo de 100%, melhor é o desempenho do tribunal.

Por outro lado, o CNJ revela que em 2014 ocorreu um expressivo aumento de novos casos no TRT do Paraná - 18,2% - resultando num total de 233.634 novos processos. Ainda que sem aumento da força de trabalho, os magistrados paranaenses subiram três posições no ranking de produtividade dos tribunais de médio porte, alcançando a 5ª colocação com julgamento de 1.116 processos, em média, no ano (+ 20,5%). Da mesma forma, também houve aumento da produtividade dos servidores da área judiciária, tendo cada um contribuído com a baixa de 120 processos. A produtividade dos magistrados da Justiça do Trabalho como um todo aumentou em média 5,3% em 2014 e, a dos servidores, 5,7%.

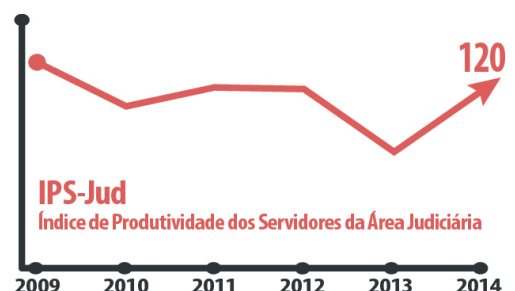
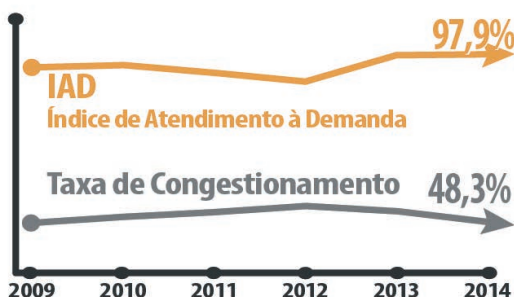
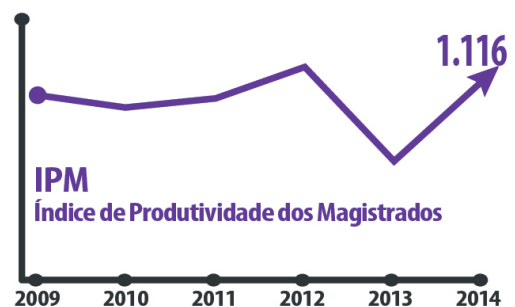
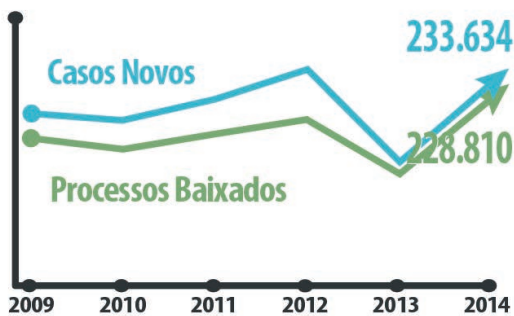
Quanto à taxa de congestionamento na fase de execução, quando efetivamente ocorre a entrega da prestação jurisdicional com o pagamento dos créditos trabalhistas, o TRT paranaense alcançou em 2014 a 2ª melhor performance entre os nove tribunais de médio porte, reduzindo sua taxa para 64%. Ressalta-se que

esta fase não se relaciona exclusivamente com a ação do Tribunal, dependendo de fatores externos como a existência de dinheiro ou bens dos devedores para quitação dos créditos. Ainda, em relação à taxa de congestionamento geral na primeira instância (fase de conhecimento + fase de execução) houve uma redução de 57% para 50%, enquanto a taxa da Justiça do Trabalho se mantém em 66%.

As estatísticas do CNJ mostram que os magistrados paranaenses de segundo grau são os que mais recebem processos, 1.410 per capita, entre os tribunais de médio porte. Os magistrados de primeiro grau também tiveram significativa sobrecarga de trabalho, recebendo em 2014 uma média de 843 novos casos cada um, contra 697 novos casos em 2013.

"Essas taxas atestam a dedicação dos magistrados e servidores que conseguiram, com a mesma força de trabalho, incrementar a produtividade mesmo diante de um aumento na carga de trabalho de 18,2%", avalia o presidente do TRT-PR, desembargador Altino Pedrozo dos Santos.

O TRT do Paraná é o sétimo maior regional do País, levando em conta orçamento, número de processos e força de trabalho. Tramitavam em 2014 no Regional 442.176 processos. É o tribunal trabalhista com maior índice de processos eletrônicos - 100% no primeiro grau e 90% no segundo grau.



Gráficos do "Justiça em Números" indicam avanço nos índices do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná

Camerata Antiqua abrilhantou a celebração dos 39 anos do TRT-PR



Jason Silva

Aniversário foi celebrado no plenário Pedro Ribeiro Tavares, no prédio histórico do Tribunal

Um livro histórico que relata em 275 páginas alguns dos principais fatos e personagens do Judiciário Trabalhista paranaense em quatro décadas. A publicação foi um dos destaques do aniversário de 39 anos do TRT-PR, celebrado no dia 16 de setembro de 2015 no auditório cujo nome homenageia um dos fundadores do Tribunal, o juiz Pedro Ribeiro Tavares, falecido em junho do ano passado. A capa desta edição do Informativo Nona é um fac-símile da capa do livro, que pode ser acessado eletronicamente no endereço www.trt9.jus.br/centrodememoria.

"Hoje comemoramos o intenso trabalho e dedicação de muitas mulheres e homens, profissionais do Tribunal, que ao longo destas quase quatro décadas têm se dedicado intensamente na busca da paz social, razão última da existência desta Corte", afirmou o presidente Altino Pedrozo dos Santos durante sessão solene do Tribunal Pleno.

A contribuição de oito renomados magistrados trabalhistas foi reconhecida com a medalha e o diploma da Ordem do Mérito da 9ª Região, no grau Grã-Cruz. Foram condecorados o ministro aposentado do Tribunal Superior do Trabalho e ex-presidente do TRT-PR, Indalécio Gomes Neto; os ex-presidentes do TRT-PR, Euclides Alcides Rocha, José Fernando Rosas, Pretextado Pennafort Taborda Ribas Netto, Adriana Nucci Paes Cruz, Lauremi Camaroski e Wanda Santi Cardoso da Silva, além do desembargador Marcio Dionísio Gapski.

No grau de Comendador, a insígnia foi entregue ao procurador regional do Trabalho, André Lacerda.

A celebração, que coincidiu com o período da 5ª Semana Institucional da Magistratura, foi abrilhantada por peças musicais executadas pela Camerata Antiqua de Curitiba e teve as participações de componentes da Banda da Polícia Militar, executando o Hino à Bandeira, e de cadetes da Academia Policial Militar do Guatupê, que conduziram ao Plenário as bandeiras do Brasil, do Paraná e do TRT-PR.



Stéphanie Kokotte

Livro histórico foi lançado em comemoração às quase quatro décadas de criação da 9ª Região da Justiça Trabalhista



Alexandre Gonçalves

Bandeira Institucional do Tribunal (primeira à direita), escolhida em processo de votação por magistrados e servidores, foi conduzida ao plenário por cadetes da Academia Policial Militar do Guatupê (ao lado dos pavilhões do Estado e do País).



Jason Silva

Um painel em forma de linha do tempo contando a trajetória da 9ª Região foi exposto no saguão do Edifício Rio Branco

Perfil: Desembargadora Fátima Teresinha Loro Ledra Machado

"Sempre gostei da sala de audiência"

A Justiça do Trabalho influenciou a trajetória da Desembargadora Fátima Teresinha Loro Ledra Machado, praticamente, desde seu quarto ano de vida, quando o pai, Victório Ledra, iniciou carreira de Juiz do Trabalho Substituto no TRT da 4ª Região, em novembro de 1967. Aos oito anos veio a mudança para Santa Catarina, após o juiz Ledra ser promovido a presidente da então Junta de Conciliação e Julgamento de Brusque. A criação do TRT da 9ª Região atraiu a família para Curitiba, onde as quatro filhas do Dr. Ledra e de D. Marta poderiam dar sequência aos estudos. A futura magistrada foi servidora do TRT de Santa Catarina, de janeiro de 1982 a julho de 1987, quando foi aprovada em concurso público como a mais jovem Juíza do Trabalho Substituta empossada no TRT da 9ª Região. Neste depoimento ao Informativo Nona, a desembargadora Fátima revela que "sempre gostou de sala de audiência" e conta por que considera um privilégio exercer o cargo de Corregedora Regional do TRT do Paraná, gestão 2013/2015. Confira.

// No terceiro ano do Ensino Médio, fiz um estágio na área de saúde e vi que não serviria para trabalhar no ramo. Veja a importância de um estágio na vida de uma pessoa! Então, decidi fazer Direito porque gostava muito de ler, incentivada também por meu pai, e me apaixonei.

Quando abriu concurso para a magistratura, eu tinha apenas 22 anos e minha inscrição foi indeferida, por não ter a idade mínima. Precisei interpor um Mandado de Segurança e através de uma liminar fiz todas as provas. O relator do meu processo era o Dr. Antero (desembargador José Montenegro Antero, ex-presidente do TRT do Paraná) e o Tribunal Pleno concordou com ele de que, por ser servidora pública, o Estatuto dos Servidores Públicos Federais, vigente à época, garantia-me o direito de participar do concurso público, afastando a exigência da idade mínima. Passei no concurso público e, desde então, estou aqui (há 28 anos!).

Claro que para minha família e para mim foi um orgulho tornar-me magistrada do TRT-PR, aos 23 anos! Hoje, a regra exige três anos de prática jurídica comprovada, o que não havia na época.

O TRT-PR, em 1987, tinha apenas sete Juntas de Conciliação e Julgamento em Curitiba e os Juízes Presidentes estavam com muitas férias em atraso. Tomei posse no dia 15 de julho, no dia 16 de julho fui designada para a 7ª JCJ de Curitiba, cujo titular era o juiz Manoel Antônio Teixeira Filho, que saiu de férias, no dia subsequente. Não havia Escola Judicial, nem ENAMAT, e somente um dos juízes presidentes das JCJ's de Curitiba ali permaneceu, o Dr. Lauremi (desembargador Lauremi Camaroski, ex-presidente do TRT da 9ª Região). Recordo que nos finais de tarde, após as audiências, ia aconselhar-me sobre as dúvidas que tinha, neste começo da carreira, e ele sempre me atendia, de forma gentil e sábia.



Alexandre Gonçalves

Lembro-me de um caso inusitado, em Foz do Iguaçu, entre 1989/1990, quando um trabalhador faleceu e surgiu uma disputa pelas verbas rescisórias respectivas. Ele tinha duas famílias. A empresa não sabia a quem pagar e entrou com uma Ação de Consignação e Pagamento porque as duas viúvas queriam receber. Marquei a audiência. A viúva oficial veio toda de negro. Pude perceber pela documentação que o trabalhador falecido teve filho com uma esposa, em seguida tinha filho com a outra, mais ou menos na mesma época, e isto se repetiu durante muitos anos! No final, a ação foi resolvida por acordo. Para a minha surpresa, por ocasião da audiência, as viúvas cumprimentaram-se, sentaram-se frente a frente, e chegaram a uma divisão amigável, conforme o número de filhos.

Sempre gostei da sala de audiência. Claro que a pauta às vezes é muito carregada e é um ambiente de conflitos, mas também é um lugar em que você se realiza porque pode orientar e propor a solução do caso. Percebia, não raro, que a parte precisava desabafar, relatar alguma mágoa e depois torna-se mais aberta ao diálogo e à conciliação. O papel do juiz é passar segurança e imparcialidade, demonstrar que está zelando pelos interesses dos dois lados em conflito. Para tanto, antes de ir para uma audiência, o juiz deve preparar-se, ler os autos, conhecer os pontos controvertidos. Vejo que os magistrados que têm altos índices de conciliação são aqueles que conhecem os autos, que dedicam tempo e paciência para dialogar com as partes e propor o acordo, baseado em números compatíveis com a demanda. Pude constatar, também, o quanto é importante o papel de servidores com treinamento e perfil para a conciliação.

"Não raro, a parte precisa desabafar, relatar alguma mágoa, e depois torna-se mais aberta ao diálogo e à conciliação."

O cargo de Corregedora Regional propicia: o acompanhamento do desenrolar do trabalho de praticamente todos os juízes do Primeiro Grau de Jurisdição, e a possibilidade de fazê-lo, também, em relação aos servidores; a visitação ao menos uma vez, a cada ano, das unidades judiciárias (97 Varas do Trabalho, 3 Postos Avançados e demais serviços, totalizando 112 em todo o Paraná); o conhecimento sobre a realidade local e as instalações físicas; o recebimento da comunidade, da imprensa, dos representantes da OAB e demais autoridades; a disseminação de boas práticas entre as diversas unidades judiciárias.

A sala de audiência é o espelho da Justiça do Trabalho e friso muito que os adiamentos de audiências devem ser evitados, para não macular nossa imagem, especialmente, junto às partes e testemunhas, que, às vezes, não dispõem de tempo e de condições para comparecer no Poder Judiciário, repetidas vezes, sem que isto signifique um transtorno em suas vidas, na de suas famílias e dos atuais empregadores. Costumo, ilustrativamente, comparar esta situação com a de alguém que, tendo problemas de coração, submete-se a esperar a consulta com o cardiologista por três ou quatro meses, porque a agenda do médico está lotada, e, no dia tão esperado, em que finalmente deveria haver a tal consulta, ela é adiada! O impacto deste adiamento na vida deste paciente pode ser desastroso, da mesma forma que para a parte e a testemunha que aguardam a realização da audiência. Daí minha preocupação com a eficiente gestão da pauta de audiências.

Nas correções do ano passado recomendei em algumas unidades judiciárias a hibridização dos processos físicos, para ganho de produtividade, diminuição de prazos, evitando deslocamentos, internos e externos, de processos e pessoas. Neste ano, ao retornar, percebi que muitas delas atenderam ao pedido, o que facilitou a tramitação do processo, que passou a ser eletrônico, e gerou satisfação para magistrados, servidores, partes, OAB e para esta corregedora regional.

A Justiça do Trabalho do Paraná só não é melhor ante a defasagem entre nossa estrutura de pessoal (magistrados e servidores) em relação ao acréscimo paulatino da demanda. A solução, para aumento do quadro, depende de lei, cuja aprovação em momento de crise institucional, social, política e econômica do País é difícil, mas a Administração do Tribunal está atenta e disposta a lutar para superar estas dificuldades, bem como, a remanejar, com apoio, respeito e indispensável diálogo com magistrados, servidores e comunidade jurídica, quando e onde houver necessidade de alguma adequação. //

Hobby: Leitura de romances históricos. "Divirto-me com a parte romântica e aprendo com os fatos históricos"

Livro: "Os Pilares da Terra", de Ken Follett, meu próximo desafio

Filme: "E o vento levou"

Filosofia de vida: "Para colher bons frutos você precisa, antes, semear"

Culinária: Maionese das "reuniões de família"

Lugar: Paris

Eleita a nova Administração do TRT-PR para o biênio 2015-2017



Alexandre Gonçalves

Desembargadores Marlene T. Fuverki Suguimatsu, Arnor Lima Neto e Ubirajara Carlos Mendes

O desembargador Arnor Lima Neto será o presidente do TRT do Paraná para o biênio que se inicia em dezembro de 2015. A escolha dos ocupantes dos cargos de presidente, vice-presidente e corregedor regional foi feita em votação direta pelo Pleno do Tribunal, dia 5 de outubro, em Curitiba.

A desembargadora Marlene Teresinha Fuverki Suguimatsu foi eleita vice-presidente, enquanto o desembargador Ubirajara Carlos Mendes foi escolhido como novo corregedor regional.

A posse da nova Administração está marcada para o dia 4 de dezembro, no Plenário Pedro Ribeiro Tavares, em Curitiba.

"Todos nós temos este mesmo desiderato, de construir uma Justiça do Trabalho do Paraná que atenda com eficiência e presteza necessária a todos os jurisdicionados. Tenho certeza de que poderei contar com todos e sou muito grato pela confiança que depositaram em mim", afirmou o desembargador Arnor Lima Neto logo após a eleição.

Méritos reconhecidos pela 9ª Região



Alexandre Gonçalves

O advogado Roberto Antônio Busato, o presidente do TRT-PR Altino Pedrozo dos Santos e o juiz José Montenegro Antero

Um juiz e um advogado cujas trajetórias profissionais contribuíram para o engrandecimento da Justiça do Trabalho no Paraná foram condecorados pela Ordem do Mérito das Araucárias. A homenagem ao juiz aposenta-

do José Montenegro Antero e ao ex-presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Roberto Antônio Busato, aconteceu no dia 26 de outubro em sessão do Tribunal Pleno em Curitiba.

Homenageado com o grau de Grã-Cruz da Ordem das Araucárias, o juiz José Montenegro Antero, natural de Icó, Ceará, ingressou como magistrado no TRT-PR em 1980. Na ocasião, ele foi indicado pelo quinto constitucional, em vaga destinada ao Ministério Público do Trabalho. Em sua passagem pelo TRT do Paraná ocupou a vice-presidência entre 1985-1986 e a presidência no biênio 1987-1988, aposentando-se em 2000.

Roberto Antônio Busato foi condecorado no grau de Comendador. É natural de Caçador, Santa Catarina, atuando como advogado desde 1977, após ser formado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Foi vice-presidente e presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Nova etapa na carreira da magistratura

Os juízes Adilson Luiz Funez e Sérgio Guimarães Sampaio, colegas de concurso público da magistratura de 24 anos atrás, voltaram a prestar juramento na Justiça do Trabalho juntos, desta vez para tomar posse como desembargadores do TRT-PR em 20/08.

Adilson Funez assumiu pelo critério de antiguidade a vaga decorrente da aposentadoria da desembargadora Adayde Santos Cecone. Sérgio Sampaio, por sua vez, ocupou por merecimento a cadeira que pertencia ao desembargador Luiz Celso Napp, também aposentado.



Alexandre Gonçalves

Novos desembargadores prestam juramentos em cerimônia de posse na sala da Presidência do Tribunal

Kassius Stocco assume como juiz titular

Após 11 anos de experiência na magistratura trabalhista, com passagem pelo TRT da 2ª Região (SP), onde iniciou sua carreira, Kassius Stocco foi promovido a juiz titular do TRT-PR no último dia 4 de setembro. Em cerimônia ocorrida na sede do Regional paranaense, o juiz foi designado para assumir a 3ª Vara do Trabalho de Cascavel. Pouco tempo depois, em 28 de setembro, um processo de remoção interna levou o magistrado ao comando da Vara do Trabalho de Jacarezinho. Na cerimônia de posse, Kassius, que também foi servidor do TRT-PR, ressaltou a importância do trabalho do juiz perante a sociedade. "Sinto-me privilegiado por ocupar este cargo, já que ele nos dá a oportunidade de potencializar nosso papel de cristão na sociedade, ou seja, de potencializar os serviços que prestamos ao próximo", afirmou.



Magistrado comanda atualmente a VT de Jacarezinho

■ Perfil: Cláudia Mara Pereira Gioppo

Magistratura, com a leveza da música



Pedro Macambira

A juíza Cláudia Mara Pereira Gioppo divide a sua paixão entre a família, a magistratura e a música

"No meu modo de me manifestar perante as pessoas, eu busco aquela calma que a música me traz". Não é por acaso que a juíza Cláudia Mara Pereira Gioppo faz referência à arte musical para explicar o exercício da magistratura. Quando se formou em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, ela já era musicista. Na época, dava aulas de piano em dois conservatórios e em escola de música própria. "Comecei a estudar piano com quatro ou cinco anos. Sem música eu seria incompleta".

Com 19 anos de magistratura, Cláudia Gioppo é hoje titular da 4ª Vara de São José dos Pinhais. Ela descreve sua

atuação como uma busca pelo equilíbrio entre a razão e os bons sentimentos, mantendo sempre a preocupação com a construção da paz social. Foi advogada por cinco anos e assessorou o Procurador-Geral do Trabalho por mais um ano. "Quando me formei em Direito não era exigido o período de atividade jurídica, mas sempre entendi que era necessário atuar um bom tempo como advogada". Para ela, estas experiências a ajudam a ser mais investigativa e a se relacionar com as partes tranquilamente.

Como juíza substituta atuou em diversas varas trabalhistas, mas predominantemente no Fórum de Ponta Grossa. Cláudia Mara Pereira Gioppo alcançou a titularidade em 2006, por merecimento, na Vara do Trabalho de União da Vitória, onde ficou até 2014, quando foi para São José dos Pinhais. "Em União da Vitória predominava o setor madeireiro, desde grandes empresas até serrarias com trabalho manual. Totalmente diferente da tecnologia que vemos aqui, com as montadoras e os aeroviários", observa.

Mãe, esposa e magistrada. Para desempenhar com dedicação esses papéis, é preciso separá-los, reservar um tempo para cada um. "Quando saio da sala de audiência, deixo a pressão lá, e sempre busco me fazer presente na família, mesmo com essa vida corrida que escolhi", conta.

Ao falar do marido e dos dois filhos, a magistrada não esconde a emoção. "Eles são pessoas maravilhosas, que sempre estiveram ao meu lado nos momentos alegres, tristes ou quando estava nervosa".

Mutirão fecha 222 acordos em Paranaguá

Três dias de mutirão e mais de 200 acordos fechados. O resultado foi obtido por uma equipe do Juízo Auxiliar de Conciliação que se deslocou a Paranaguá, de 26 a 28/10, para tentar solucionar conflito judicial em torno do fim do pagamento de horas-extras pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA).

Dos 303 empregados envolvidos, 73% aceitaram a conciliação, resultando em acordos de cerca de um milhão de reais. As audiências aconteceram no Fórum de Paranaguá e foram conduzidas pela juíza Anelore Rothenberger Coelho, gestora do JAC, apoiada pelos servidores Patrícia Carricondo Virges, Luciana Estevam de Almeida Maia e José Ramatis da Silva, e pelo procurador do Ministério Público do Trabalho Rosivaldo da Cunha Oliveira.

O direito à indenização pela abolição de horas extraordinárias é previsto na Súmula 291 do TST, segundo a qual

a anulação pela empresa do período de serviço suplementar prestado com habitualidade, durante pelo menos um ano, assegura ao empregado o direito ao ressarcimento. O objetivo é proteger o trabalhador e dar-lhe a oportunidade de se adaptar à nova realidade financeira.



Pedro Macambira

Audiências foram conduzidas pela juíza gestora do JAC

Seja bem-vindo à biblioteca do TRT-PR



Alexandre Gonçalves

Equipe cuida de acervo de mais de 12 mil exemplares e orienta usuários que buscam a biblioteca para fins de estudo e pesquisa

Um local silencioso e arejado, no andar térreo, ao fundo do prédio, protegido da agitação cotidiana do centro de Curitiba. Assim é o espaço da Biblioteca Professor Milton Vianna, na Avenida Vicente Machado 147, no edifício administrativo do TRT do Paraná. O acervo conta com 12.320 exemplares de livros e 55 títulos de periódicos impressos que somam 32.850 artigos indexados, disponíveis tanto para consulta in loco quanto para empréstimo domiciliar.

Bianca Merino, funcionária do Serviço de Admissão, Movimentação e Carreira (SERAD), é frequentadora assídua. "Faço pós-graduação e disponho de pouco tempo. Nossa biblioteca apresenta uma diversidade de material que me ajuda muito, sem contar o acesso fácil, ambiente silencioso e a prestatividade das colegas", avalia.

Qualquer pessoa pode ter acesso ao acervo através do site do Tribunal. Após clicar no link específico (institucional/biblioteca), basta selecionar o tipo de material procurado - livro, capítulo de livro, artigo de periódico, legislação - e preencher o título da obra ou do artigo, o nome do autor ou então colocar uma palavra-chave. O sistema fará uma varredura e apresentará em minutos tudo o que for relacionado ao tema investigado. Se desejar, o usuário também pode consultar os sumários de todos os periódicos assinados e a lista dos novos livros adquiridos pela Instituição.

O público interno, por sua vez, pode consultar na íntegra os periódicos digitais disponíveis na intranet, como a Revista dos Tribunais Online e a Biblioteca Digital Fórum, e tem permissão de acesso a sites de publicações científicas

sem base na rede interna, como LTR e boletins NDJ, assinados pelo Tribunal, que exigem uso de login e senha próprios, divulgados por e-mail.

Diariamente a equipe do Serviço de Biblioteca baixa na rede o Diário Oficial da União, bem como os diários do próprio TRT9, do CNJ, do CSJT, do STF e da ENAMAT. Quando a maioria dos servidores e magistrados chega para trabalhar esses conteúdos já estão disponíveis. Como complemento, a cada manhã a equipe faz uma leitura prévia desse material, e assuntos pertinentes ao Tribunal são indexados no sistema e enviados por e-mail a todo o quadro funcional.

A biblioteca atende ainda a todas as Varas do Trabalho do interior, remetendo por malote suas solicitações, e envia via correio eletrônico artigos e periódicos solicitados pelos gabinetes dos magistrados.

Ainda desconhecida por integrantes novatos da instituição e por boa parte da comunidade, justamente por sua localização discreta, ainda que privilegiada, a biblioteca está aberta àqueles que precisam de um espaço tranquilo para estudar e fazer pesquisas, mais especificamente na área do Direito do Trabalho. Seu espaço online está permanentemente sendo aprimorado para melhor atender ao cidadão.

A Biblioteca Professor Milton Vianna fica aberta de segunda a sexta-feira, das 9 às 19 horas para o público interno e das 12 às 18 horas para a população em geral. Seu nome é uma homenagem ao jurista que, desde década de 1940, militou incansavelmente pela criação de um Tribunal Regional do Trabalho com sede em Curitiba.

Crianças e jovens "roubam a cena" no Judiciário Trabalhista paranaense

O Dia das Crianças é comemorado em 12 de junho, mas neste ano o dia 13 é que ficará na memória de centenas de filhos de magistrados, servidores e advogados que atuam na Justiça do Trabalho do Paraná. A segunda edição do projeto "Criança e Jovem na Justiça" mostrou aos visitantes mirins as atividades desenvolvidas por seus pais e responsáveis na sede do Tribunal e nas Varas do Trabalho de Curitiba, de Bandeirantes, Cascavel, São José dos Pinhais, Toledo e Umuarama, entre outras.

A iniciativa de abrir as portas do Judiciário às novas gerações é da Comissão da Mulher Advogada da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Paraná e tem apoio do TRT-PR, da Associação dos Magistrados do

Trabalho do Paraná (AMATRA9) e da Associação dos Advogados Trabalhistas do Paraná (AATPR).

Além de transitarem livremente pelo ambiente de trabalho de seus pais, avós ou padrinhos, as crianças e adolescentes puderam acompanhar de perto a realização de audiências e sessões de julgamento.

Em Curitiba, os jovens participaram ainda de um bate-papo informal sobre como funciona o Judiciário, enquanto os menores brincavam nas salas da OAB e nos corredores, adaptados para funcionar também como *playground*.

Em diversas unidades que aderiram ao evento, a presença dos visitantes nas audiências e sessões foi anotada em ata, como forma de recordação.



Visitantes da 2ª Turma de desembargadores



Seção Especializada



Plenário Pedro Ribeiro Tavares



2ª Vara do Trabalho de Umuarama



Vara do Trabalho de Bandeirantes



Fórum Trabalhista de Toledo

Conte comigo

••••• NÚMEROS DO TRT •••••

3.501

solicitações de serviços de transporte atendidas pela Secretaria Administrativa (1º jan a 5 out)



3.269

consultas locais realizadas na Biblioteca Professor Milton Vianna (jan/set)



166

instituições habilitadas pela Seção de Responsabilidade Social para receber valores provenientes de multas judiciais (jan/set)

17ª Vara do Trabalho

100%

digital



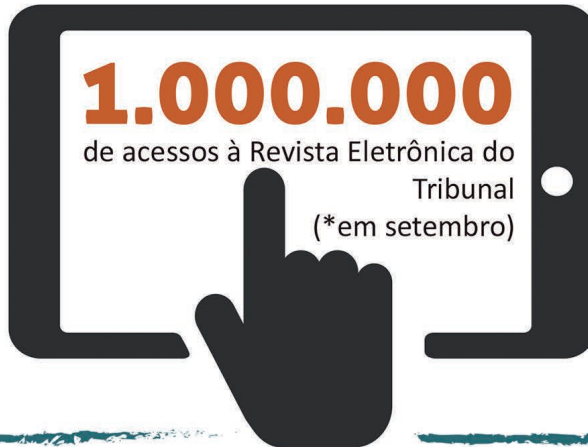
2.358

pessoas vacinadas contra a gripe pela Seção Médico-Odontológica (jan/set)



1.000.000

de acessos à Revista Eletrônica do Tribunal (*em setembro)



117

pessoas capacitadas pela Seção Médico-Odontológica a usar o desfibrilador externo automático



94,7%

dos magistrados e 73% dos servidores participaram de cursos da Escola Judicial (jan/out)

100%

de conciliação nas audiências realizadas durante a Semana Nacional de Execução Trabalhista no Projeto Horizontes, em setembro



4444

casos novos com tramitação preferencial - idosos e menores de idade - na Justiça do Trabalho paranaense (jan/set)



289

pessoas treinadas nas Brigadas de Emergência pela Seção de Fisioterapia e Segurança do Trabalho

